

ENQUADRAMENTO DAS RELAÇÕES LUSO-CHINESAS ENTRE 1949 E 1966*

Moisés Silva Fernandes **

«Os comunistas não precisam de disparar um tiro para que a soberania portuguesa em Macau se torne praticamente inviável. Basta fecharem a *Porta do Cerco*»¹.

As relações luso-chinesas que antecederam a «revolução cultural» em Macau são marcadas por duas fases bem distintas: a primeira, pelo cerceamento de Macau pela China continental; e a segunda, por uma ruptura gradual nas relações luso-formosinas e um melhoramento acentuado na relações com a China continental. O primeiro período, que decorreu entre 1949 e 1960, foi marcado por um constante cerceamento de Macau pela China continental. Todavia, a situação política internacional acabou por favorecer a presença portuguesa em Macau e por contribuir paulatina e decisivamente para o surgimento de um *condomínio político informal de facto*. A segunda fase, que decorreu entre 1961 e 1966, foi marcada por uma ruptura gradual nas relações luso-formosinas e por um melhoramento considerável nas relações com a China continental. Contudo, não se pode confundir este melhoramento de relações com a China continental como sendo necessariamente um melhoramen-

* Estou profundamente grato à Sr.^a Dra. Isabel Fevereiro, directora do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, ao Sr. Dr. Pinto Soares, do mesmo arquivo, pelo gentilíssimo e atempado apoio e solidariedade manifestado no decorrer da minha investigação. Quero igualmente reconhecer a valiosa ajuda dos funcionários da mesma instituição, dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e da sala de periódicos da Biblioteca Nacional de Lisboa.

** Universidade de Manitoba (Canadá) e Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

¹ Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, «Relato de conversa confidencial entre o embaixador Henrique Caldeira Queiroz, secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e o ministro da China (Formosa/Taiwan) em Lisboa, Wang Huazheng, de 6 e Setembro de 1956», AOS/CO/NE-23, Pt. 19, fls. 394-395, AN/TT, Lisboa.

to nas relações entre os *capitalistas compatriotas vermelhos* [*Aomen hongse zibenjia tongbao*] de Macau e a administração portuguesa local. Bem pelo contrário, durante este período assistiu-se a um gradual agravamento das relações entre a administração portuguesa de Macau e os *capitalistas compatriotas vermelhos* do enclave, devido à eventual atribuição das concessões da importação do ouro e do jogo a capitalistas chineses rivais de Hong Kong por parte da administração portuguesa, em 1960 e 1961, respectivamente. Nesta fase as actividades da Formosa foram gradualmente coarctadas pela administração portuguesa local e o ministério português dos Negócios Estrangeiros tentou persuadir Salazar a reconhecer e a estabelecer relações diplomáticas com a República Popular da China. Todavia, esta última iniciativa gorou-se devido à intransigência inabalável de Salazar.

O CERCEAMENTO GRADUAL DE MACAU PELA CHINA CONTINENTAL, 1949-1960

Com a tomada de poder pelos comunistas na China continental, registou-se uma alteração significativa nas relações luso-chinesas. A política externa portuguesa evoluiu no sentido do não reconhecimento da China continental, enquanto que a China exprimiu publicamente, pela primeira vez, a sua política em relação a Macau. Subjacente a estas políticas estavam as doutrinas de ambos os Estados em reclamarem formalmente o mesmo território, mas manifestavam pouco interesse na prática em alterar radicalmente o *status quo* no terreno. Os interesses portugueses limitavam-se basicamente à manutenção do sistema colonial, um dos pilares do regime nacionalista autoritário de Salazar, a todo o custo, enquanto que o regime de Pequim estava primordialmente interessado em usar o enclave para «furar» o embargo comercial e económico contra a China continental, como plataforma de contacto com as comunidades chinesas residentes no estrangeiro, conhecidos na terminologia oficial como os *huáqiao* («chineses ultramarinos»), e como centro de contactos com os países estrangeiros, entre outras razões.

Os interesses portugueses eram no sentido de manter o mítico império colonial, razão de ser ideológica do regime. A promulgação da Lei Orgânica do Ultramar, em 1952, e a implementação dos Planos de Fomento, em meados da década de 1950², e do Espaço Económico Português, em 1961³, foram concebidos com a óbvia intenção política de integrar Macau e as restantes colónias no vasto império colonial. Como teremos oportunidade de ver, em breve, o regime português prosseguiu com estas políticas de integração, apesar das críticas feitas pela China.

² «Planos de Fomento» in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, orgs., *Dicionário de História do Estado Novo*, 2º vol., Venda Nova: Bertrand Editora, 1996, págs. 739-742.

³ «Espaço Económico Português/Mercado Único Português», *Ibid.*, 1.º vol., págs. 312-315.

Por outro lado, a China comunista tinha interesses bem específicos para manter o *status quo*, pois pretendia efectivamente *furar* através de Macau o embargo político-comercial ocidental, imposto na sequência da sua entrada na guerra da Coreia, em 1950, e manter o território sob administração portuguesa como uma plataforma dos seus interesses políticos, económicos, financeiros e comerciais no exterior — nomeadamente na região e no resto do mundo.

Dado que a presença dos portugueses em Macau dependia em larga medida da situação política na China, propomos estudá-la um pouco na parte pertinente a Hong Kong e Macau. Mesmo antes de tomarem as rédeas do poder, os comunistas chineses delinearam uma política em relação a Macau e a Hong Kong e decidiram não invadir os dois enclaves para evitar um confronto com o Ocidente e obter mais e melhores contrapartidas. É de domínio público que, entre 1 e 3 de Fevereiro de 1949, tiveram lugar reuniões secretas entre Mao Zedong⁴ e Anastas Mikoyan, então ministro soviético dos Transportes, membro do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética e enviado especial do ditador soviético Estaline (1928-53), em Xibaipo, província de Hebei. Durante as reuniões, Mao argumentou que os comunistas iriam vencer a guerra civil, que os americanos não iriam intervir na guerra civil e que só após a erradicação de todos os vestígios do imperialismo na China é que planeava começar a estabelecer relações diplomáticas equitativas com potências estrangeiras. Para Mao, a eliminação total dos privilégios de que gozavam os «imperialistas» no país, o abrandamento das dívidas que tinham para com a nova China e o êxodo de tropas e polícias estrangeiras eram as grandes prioridades do futuro governo comunista. O «único compromisso foi a sua decisão de diferir a captura dos bastiões coloniais de Hong Kong e Macau devido ao seu valor económico para a China»⁵.

Numa estratégia de antecipação, mesmo antes de tomarem conta do poder na China continental, o Partido Comunista Chinês reforçou a sua influência junto das colectividades chinesas existentes em Macau e instituiu um «alto comissariado e governo sombra» chinês para o enclave. As direcções da Associação Comercial de Macau e da Asso-

⁴ Estas reuniões contaram, também, com a presença de Liu Shaoqi, Zhu De, Zhou Enlai e Ren Bishi, destacados membros do secretariado central do Partido Comunista Chinês. In Chen Jian, *China's Road to the Korean War: The Making of the Sino-American Confrontation*, Nova Iorque, EUA: Columbia University Press, 1994, pág. 69.

⁵ «His one compromise was his decision to defer the seizure of the colonial bastions of Hong Kong and Macau because of their economic value to China» in *Zai lishi jüren shenbian: Shi Zhe huiyilu [Perto de grandes figuras históricas: as memórias de Shi Zhe]*, Pequim, R.P. da China: Imprensa Central de Documentos Históricos, 1991, citado in Goncharov, Sergei N., Lewis, John W. e Xue Litai, *Uncertain Partners: Stalin, Mao, and the Korean War*, Stanford, CA, EUA: Stanford University Press, 1993, pág. 40.

ciação de Beneficência do Hospital Jinghu passaram a ser presididas pelo *capitalista compatriota vermelho-mor* He Xian [Ho Hin] e a serem constituídas notoriamente, na sua esmagadora maioria, por quadros do Partido Comunista Chinês ou pessoas muito ligadas ao «grupo de He Xian». Esta estratégia de antecipação foi acompanhada pelo estabelecimento da *Sociedade Comercial Nanguang* [Nam Kwong]. O então ministério do Comércio do governo do Partido Comunista Chinês fundou aquela firma com o escopo de exercer influência de bastidores junto da administração portuguesa do enclave e para controlar e orientar a vida económica e comercial do enclave, em 28 de Agosto de 1949⁶. O pretexto oficial usado para implantar este braço do governo chinês em Macau foi o de que iria incrementar as relações comerciais entre Macau e a República Popular da China e vice-versa.

Para dissuadirem a administração portuguesa a manter-se no enclave, as novas autoridades chinesas usaram pelo menos de quatro canais: o Dr. Ke Lin, o comissário da alfândega chinesa Carlos Basto e os generais Wang Zhu e Wong Iok. Por exemplo, durante as operações de «limpeza» na província de Guangdong pelo Exército Popular de Libertação, em Outubro de 1949, os novos dirigentes político-militares chineses deram garantias políticas à administração portuguesa de Macau que o *status quo* do território se manteria inalterado. O general Ye Jianying [Yeh Chien-ying], então chefe da Junta de Orientação de Assuntos Militares Chineses, assim como primeiro-secretário da direcção regional do Centro-Sul do Partido Comunista Chinês (PCC), governador de Guangdong, primeiro-secretário da comissão concelhia de Guangzhou do PCC e presidente da câmara municipal de Guangzhou, nomeou, em 27 de Outubro de 1949, o Dr. Ke Lin [O Lon]: «para tratar discretamente com [as] nossas autoridades todos [os] assuntos que interessem particularmente [às] relações [entre] Macau e Guangzhou»⁷. Por seu turno, o general Wang Zhu [Wang Chu], comandante do subdistrito militar de Zhongshan, transmitiu, através de Carlos Basto, comissário-adjunto português da alfândega chinesa da ilha da Lapa [Wanzai], ao governador Albano Rodrigues de Oliveira a *nova* política chinesa em relação a Macau. Esta mensagem comunicava sem equívocos que:

«1.º [A] s autoridades comunistas respeitarão [a] neutralidade [de] Macau e nenhum elemento [do] exército vermelho procurará entrar [na] nossa colónia uniformizado ou armado;

⁶ *Nanguang sihi nyan/The Forty Years of Nanguang* [Nam Kwong], 1949-1989, Macau: Nanguang (jituan) youxian gongsi [Nanguang (group) Company Limited], 1989, pág. 53.

⁷ Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, «Telegrama n.º 117 secreto do governador de Macau, Albano Rodrigues de Oliveira, para o ministro das Colónias, Teófilo Duarte, de 27 de Outubro de 1949», AOS/CO/UL-10A3, Pt. 4, 1.ª sbd. (5), n. 236, AN/TT, Lisboa.

2.º [As] comunicações fluviais e outras entre Macau e [a] China podem continuar como anteriormente, [as] autoridades comunistas esperam que [os] 'chineses de regresso [ultramarinos?]' (não compreendemos bem o que deva entender-se por estas expressões) sejam bem tratados pelas autoridades portuguesas e que estas não impeçam manifestações ordeiras [de] regozijo [dos] chineses;

3.º [A]s autoridades portuguesas que desejem visitar [a] China poderão fazê-lo e serão 'bem-vindos'»⁸.

Por outro lado, o general Wong Iok [Vong Iok], presidente da junta militar comunista do subdistrito de Zhongshan, território contíguo a Macau, declarou, em 10 de Novembro de 1949, ao jornal *Dàzhòng bào* [*Tái Chông Pou* — *Diário para Todos*], de Macau, que:

«[a]s tropas de libertação do povo não são tropas de invasão, portanto a posição da vizinha Macau será absolutamente respeitada. Esperamos também que as autoridades do governo de Macau respeitem as tropas de libertação. Não foram enviadas tropas para vigiar a fronteira entre Macau e a China nem para a zona neutra entre os dois países. Isso demonstra claramente que as tropas de libertação respeitam em extremo o procedimento do governo da terra vizinha»⁹.

Mesmo quando dois simpatizantes portugueses do Partido Comunista Chinês se evadiram para a China, as novas autoridades chinesas entregaram-nos junto das Portas do Cerco à administração portuguesa¹⁰. Embora os comunistas chineses não estivessem interessados em invadir Macau, como medida preventiva, o governo português destacou, entre 1949 e 1950, cerca de 6 000 militares para Macau para reforçar a guarnição militar¹¹. Esta preocupação foi expressa, em 20 de Outubro de 1949, pelo primeiro-ministro Salazar, quando defendeu, num discurso proferido aos governadores civis, às comissões distritais da União Nacional e aos candidatos a deputados, que:

«Os três maiores factos da Ásia de hoje são o aparecimento de dois grandes Estados no Indostão, a transformação que deve seguir-se à vitória comunista na China, a constituição da República da Indonésia.

⁸ Ministério dos Negócios Estrangeiros, «Telegrama n.º 157 recebido do encarregado de negócios da legação de Portugal na China (Macau), João Rodrigues Simões Affra, de 11 de Novembro de 1949, págs. 1 e 2, Processo n.º 34,27,3.º vol.», 3.º P., A. 10, M. 45, AHDMNE, Lisboa; e Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, «Telegrama secreto n.º 131 do governador de Macau, Albano Rodrigues de Oliveira, para o ministro das Colónias, Teófilo Duarte, de 11 de Novembro de 1949, págs 1 e 2», AOS/CO/UL-10A3, Pt. 4, l.ª sbd. (5), fls. 254 e 255, AN/TT, Lisboa.

⁹ João Guedes, «A imprensa de Macau: como os jornais falavam da 2.ª Guerra», *Macau*, 1.ª série, n.º 7, (Dezembro de 1987), pág. 33.

¹⁰ José Calvet de Magalhães, *Macau e a China no após guerra*, Macau: Instituto Português do Oriente, 1992, pág. 64-65.

¹¹ Carlos Pinto Santos, «A etapa macaense do marechal Costa Gomes», *Macau*, 2.ª série, n.º 42, (Outubro de 1995), págs. 9 e 10; e Manuel Teixeira, *Os militares em Macau*, 2.ª edição, Macau: Imprensa Nacional de Macau, 1984, págs. 522-523.

Goa é geograficamente Índia, Macau está incrustado no território chinês, Timor paredes meias com a Indonésia. Daqui as preocupações, senão as dificuldades já existentes. *A força será insuficiente para as vencer afinal; é um problema saber se a razão poderá evitar as violências e encontrar o caminho do respeito do direito e da conciliação dos interesses.* [...] Macau não é um exemplo de conquista ou domínio militar; é um padrão do primeiro contacto da Europa com o Oriente, respeitado historicamente como um símbolo de possibilidade de compreensão e de amizade entre raças diferentes. *Ali se juntam, ali se fundem, ali cooperam em paz e no respeito mútuo. Não pode prever-se qual o comportamento das novas autoridades nem as suas intenções para o futuro imediato.* É lícito pensar que, ao empreender a reconstrução do extensíssimo império infelicitado por guerras e lutas civis de tão larga duração, os detentores do poder dêem mais valor às boas relações com os outros Estados do que a ideologias de duvidoso fundamento e alcance prático. *Mas porque a vizinhança em relação a teatros de grandes acontecimentos nos advertia a ser prudentes, tem sido reforçada a guarnição de modo que estivesse preparada para as necessidades mais instantes»*¹² (Itálicos nossos).

Apesar do reforço da guarnição militar, os comunistas chineses começaram logo desde a sua ascendência ao poder em Guangdong, em Outubro de 1949, a instigar uma série de conflitos fronteiriços com o objectivo de medir e avaliar as intenções da administração portuguesa local e de Salazar em relação ao enclave e ao novo regime chinês. O pretexto usado foi o de que as autoridades portuguesas tinham dado protecção a barcos do *Guomindang*. Em 7 de Fevereiro de 1950, a imprensa comunista chinesa de Hong Kong divulgou um comunicado do general Ye Jianying, governador e comandante militar da província de Guangdong e presidente do município de Guangzhou, em que este acusava a administração portuguesa de ter prestado ajuda, no dia 5 de Novembro do ano anterior, a um barco nacionalista chinês em fuga da marinha de guerra do Exército Popular de Libertação e, consequentemente, de ter violado a sua auto-proclamada neutralidade. Com o objectivo de a intimidar, o general Ye afirmou que «o Exército Popular de Libertação (EPL) reservava o direito de tomar qualquer acção relacionada com o incidente»¹³. O cônsul-geral de Portugal em Guangzhou, José Calvet de Magalhães, interpretou o comunicado como «uma manobra destinada a provocar um esclarecimento por parte das autoridades portuguesas acerca da sua posição para com o governo de Pequim»¹⁴. As autoridades portuguesas, tanto de Lisboa como de Macau, não responderam ao comunicado.

¹² Oliveira Salazar, *Discursos e notas políticas, 1943-1950*, quarto volume, Coimbra: Coimbra Editora, 1951, págs. 446-448.

¹³ «China's Red's Accuse Macau», *New York Times*, (8 de Fevereiro de 1950), pág. 2.

¹⁴ José Calvet de Magalhães, *op. cit.*, pág. 63.

SALAZAR REJEITOU O RECONHECIMENTO DO REGIME DE PEQUIM

A ascensão dos comunistas ao poder na China continental representou um sério problema político-diplomático para o governo português. Em Agosto de 1950, o cônsul-geral de Portugal em Guangzhou, José Calvet de Magalhães, foi autorizado, pelo ministério português dos Negócios Estrangeiros, a abandonar a China. Contudo, os comunistas chineses colocaram alguns obstáculos, que levaram algum tempo a superar. No relatório anual referente a 1950, o diplomata Calvet de Magalhães observou que:

«A título de esclarecimento devo acrescentar que continuo mantendo a opinião de que os representantes oficiais portugueses, do corpo diplomático e consular, deveriam ter sido retirados da China para regressarem apenas após o reconhecimento do governo de Pequim. *A inútil e vexatória situação presente destes representantes vem reforçar ainda mais essa minha opinião, que se exprime mais claramente da seguinte forma: seja qual for a situação futura do governo português no que respeita ao reconhecimento diplomático do governo de Pequim, os cônsules portugueses na China deveriam ser retirados dos seus postos antes mesmo da chegada das forças comunistas ou, não tendo sido possível assim fazer-se, logo que as comunicações com o exterior se restabeleceram.* O facto desta questão me dizer respeito directamente impede-me que dela faça aqui um exame detalhado, mas sinto-me obrigado a ela aludir para que o meu ponto de vista em matéria de reconhecimento do governo de Pequim possa ser melhor compreendido»¹⁵ (Itálicos nossos).

A opinião de José Calvet de Magalhães correspondia com a do último ministro de Portugal da China, J.B. Ferreira da Fonseca, com Armando Lopo Simeão, cônsul-geral em Xangai, e Eduardo Brasão, cônsul-geral em Hong Kong, que advogaram o reconhecimento do regime de Pequim. Alvitre idêntico foi partilhado por António de Faria, secretário-geral e director-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, e pelo então comandante Albano Rodrigues de Oliveira. Apesar deste consenso político entre altos funcionários do Estado, Salazar opôs-se veementemente ao reconhecimento e estabelecimento de relações diplomáticas com o regime de Pequim por razões ideológicas¹⁶.

Apesar do não reconhecimento e estabelecimento de relações diplomáticas, nada impediu que a administração portuguesa actuasse no

¹⁵ José Calvet de Magalhães, *op. cit.*, pág. 97.

¹⁶ Moisés Silva Fernandes, *Política externa desequilibrada: as várias tentativas para estabelecimento de relações diplomáticas e consulares entre Portugal e a República Popular da China (RPC), 1949-1979* (trabalho inédito que aguarda publicação).

terreno com grande deferência em relação à China continental e os seus «representantes» locais tentassem influenciar a administração portuguesa de Macau a actuar no sentido de favorecer os interesses da China. Além disto, sob instigação da *Xinhua She* foi fundado em Macau o semanário comunista *In xing bào [Hsing sêng pou] (Jornal Nova Estrela)*, em 8 de Março de 1950, com o escopo de pressionar a administração portuguesa a actuar a favor dos interesses da China continental, para persuadir os chineses residentes no enclave acerca do «socialismo real» na China e para quebrar com o monopólio do *Guomindang* sobre a imprensa chinesa local. Apesar de não estar registado junto da administração portuguesa, este órgão imiscuiu-se em todos os assuntos do enclave¹⁷.

A GUERRA DA COREIA FAVORECEU A PRESENÇA PORTUGUESA EM MACAU

A política dos comunistas chineses em relação a ambos os enclaves ocidentais foi profundamente condicionada pela sua intervenção militar irreflectida na guerra da Coreia, em 25 de Outubro de 1950. A manutenção do *status quo* político em Hong Kong e Macau tornou-se uma questão-chave para o regime de Pequim. No espaço de seis semanas, as principais potências ocidentais — nomeadamente os EUA e o Canadá — impuseram unilateralmente um embargo contra a China¹⁸. Posteriormente, a ONU pronunciou-se a favor e as potências ocidentais coordenaram esforços no âmbito da ultra-secreta COMCO¹⁹ para elaborar três extensas listas internacionais em que embargaram a venda de todos os materiais estratégicos a Pequim. Este regime internacional de embargo contribuiu para o aumento da importância política e comercial de ambos os enclaves para a China e reforçou a política defendida por Mao Zedong junto de Anastas Mikoyan, em Fevereiro de 1949.

Na realidade, os *capitalistas compatriotas vermelhos* de Macau anuíram imediatamente às instruções do regime de Pequim no sentido de furarem o embargo ocidental contra a China. Estes sabiam que a admi-

¹⁷ Henrique Rola da Silva, *A imprensa chinesa de Macau: envolvimento histórico*, Macau: Gabinete de Comunicação Social, 1991, págs. 72.

¹⁸ Moisés Silva Fernandes, *Sinopse de Macau nas relações luso-chinesas: Cronologia, documentos, apêndices e bibliografia escolhida desde o fim da Guerra do Pacífico até 1995*, Winnipeg: University of Manitoba, 1996 (trabalho inédito que aguarda publicação), págs. 39-40.

¹⁹ A COMCO (*Comissão Coordenadora para a Orientação de Exportações Multilaterais*), também conhecida pela abreviatura COCOM (*Coordinating Committee for Multilateral Export Controls*), foi um organismo altamente secreto, criado no âmbito da OTAN, em Janeiro de 1950, que orientou e fiscalizou o regime internacional de embargo contra a então União Soviética, os países da Europa de Leste e a China. Este organismo era constituído a quase por todos os Estados-membros da OTAN, com a excepção da Islândia e do Japão, que só aderiu em 1952. Portugal aderiu em 30 de Abril de 1951, a convite do governo britânico. O primeiro representante português junto desta comissão foi o distinto diplomata José Calvet de Magalhães.

nistração portuguesa estava dependente deste contrabando para poder sobreviver financeiramente e já possuíam uma vasta experiência em actividades de contrabando; pois, durante o período da ocupação nipónica da China e durante o período da guerra civil, foram os principais organizadores deste tipo de negócios²⁰.

Uma das primeiras actividades em que se envolveram os *capitalistas compatriotas vermelhos* de Macau e Pedro José Lobo, chefe dos serviços Económicos de Macau, foi no tráfego de armas para o Vietname do Norte²¹. Além do tráfego de armas, Macau transformou-se num importantíssimo centro aonde a China obtinha «materiais estratégicos» que eram proibidos pelas grandes potências ocidentais de exportar para a China, nomeadamente: borracha, aço, cobre, gasolina, lubrificantes e equipamento electrónico e de transportes. E segundo os serviços de informações da Formosa/Taiwan:

«O dirigente comunista chinês instruiu recentemente o governador da província de Guangdong [Ye Jianying] a comprar motores de aviões, automóveis, gasolina, pneus, produtos médicos e equipamentos de comunicações em Hong Kong e Macau, de acordo com relatórios não oficiais divulgados ontem aqui»²².

Fontes nacionalistas informaram o *Bangkok Post* que a *Sociedade Comercial Nanguang [Nam Kwong]* possuía enormes armazéns na parte norte da península de Macau, próximo da ilha Verde, aonde retinham petróleo, borracha, sucata de ferro, pneus, partes de automóveis, produtos químicos e outros «materiais estratégicos» mencionados nas listas internacionais de embargo. Estas actividades foram confirmadas por Kenneth R. Hansen, investigador da subcomissão para a Política e Controle de Exportações do Senado do Congresso dos Estados Unidos

²⁰ Fu Laorong, Gao Kening, Chong Chi-kong e Y.C. Liang, personalidades muito próximas de He Xian, estiveram profundamente envolvidos no contrabando durante o período da ocupação da China pelos japoneses.

²¹ «Arms Flow to Ho [Chi-minh] Via Macau», *The Bangkok Daily*, (23 de Setembro de 1950), pág. 7, e Eduardo Brasão, *Memorial de D. Quixote*, Coimbra: Coimbra Editora, 1976, págs. 252-253. Vide, também, in Ministério dos Negócios Estrangeiros, «extracto do ofício confidencialíssimo n.º 102 do primeiro-secretário da legação de Portugal na China, João Rodrigues Simões Affra, de 8 de Junho de 1950», «ofício confidencial n.º 105 do primeiro-secretário da legação de Portugal na China, João Rodrigues Simões Affra, sobre o 'fornecimento [de] armamento [aos] rebeldes [da] Indochina, de 9 de Junho de 1950», «ofício confidencial e reservado n.º 119, do primeiro-secretário da legação de Portugal na China, João Rodrigues Simões Affra, de 5 de Julho de 1950, referente ao «contrabando [de] armamento [para] rebeldes [da] Indochina, de 5 de Julho de 1950» e o «apontamento de conversa confidencial entre o côsul-geral de Portugal em Hong Kong, Eduardo Brasão, e o chefe do Estado-Maior da guarnição militar portuguesa de Macau, major João Silva, de 16 de Maio de 1950», 2.º P., A. 6, M. 405, AHDMNE, Lisboa.

²² «Telegram from Taipei», *Japan Times*, (6 de Dezembro de 1950), pág. 4.

da América, presidida pelo senador Herbert O'Connor, que visitou Hong Kong, Macau, Japão e a Coreia, em 1951²³. A própria *Sociedade Comercial Nanguang [Nam Kwong]* auto-elogiou-se pelo papel que jogou no furo ao embargo ocidental no livro oficial para comemorar o 40.º aniversário em Agosto de 1989. Segundo a empresa:

«Nessa época [décénios de 1950 e 1960], as actividades principais da firma eram as aquisições, para a China interior, das matérias-primas de que então, ela tinha necessidade premente, sendo, no mesmo período, o volume de exportação realizada extremamente reduzida»²⁴.

O CONFLITO FRONTEIRIÇO DE 1952

Esta séria escaramuça foi nada mais nada menos que uma série de represálias das autoridades chinesas contra a tentativa da administração portuguesa para pôr cobro ao contrabando de «materiais estratégicos» para a China comunista e dos *capitalistas compatriotas vermelhos* e de destacados dirigentes da comunidade macaense contra o aumento da taxa de importação de ouro e a institucionalização de uma Comissão de Fiscalização da Importação de Ouro. Na sequência do endurecimento da postura oficial das potências ocidentais, este regime fortaleceu-se e Hong Kong passou a ter um papel menos proeminente nestas actividades. Macau, todavia, viu aumentada a sua importância para a China comunista, exportando para ela todos os tipos de bens estratégicos: desde gasolina a pneus. Apercebendo-se que Macau estava a romper o bloqueio, as potências ocidentais pressionaram a nível internacional e bilateral o governo central português no sentido de pôr cobro a estas actividades. Devido a pressões políticas externas — nomeadamente, da COMCHI e dos EUA —, sob instruções do ministério do Ultramar, o governo de Macau publicou o diploma legislativo n.º 1 207, no *Boletim Oficial*, em 23 de Janeiro de 1952, em que instituiu uma *Comissão Coordenadora do Comércio* «com funções de fiscalização e licenciamento de importações, exportações e trânsito de mercadorias»²⁶, com vista a diminuir o comércio de «materiais estratégicos» entre Macau e a China delineados nas três listas internacionais do COMCO²⁷.

²³ James Daniel, «Study of Red China Embargo Uncovers Dangerous Leaks: Vital War Goods — Even American — Is Getting Thru, Senate Told», *Memphis Press*, (17 de Setembro de 1951), pág. 13.

²⁴ *Nanguang sihi nyan / The Forty years of Nanguang, op. cit.*, pág. 53.

²⁵ A COMCHI (Comissão da China) era uma sub-comissão da ultra-secreta COMCO encarregada de formular a política de embargo e respectivo acompanhamento em relação aos regimes de Pequim, da Coreia do Norte e do Vietname do Norte.

²⁶ «Diploma legislativo n.º 1207 do governador Joaquim Marques Esparteiro, de 23 de Janeiro de 1952, *Boletim Oficial de Macau*, n.º 3, (23 de Janeiro de 1952), págs. 31-32.

²⁷ Apesar da institucionalização de um regime mais apertado no comércio entre Macau e a China, este não contou com muito êxito. Os membros da *Comissão Coordenadora do Comércio* foram todos exonerados em Abril de 1952 «por

Os chineses reagiram imediatamente a este desafio político. Passado duas semanas, o governador Joaquim Marques Esparteiro enviou, em 5 de Fevereiro de 1952, ao ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, um telegrama a informar que tinha tido lugar recentemente, em Guangzhou, uma reunião sobre Macau, que tinha contado com a presença de altas autoridades e vultos políticos. A comunidade chinesa de Macau alinhada com Pequim esteve representada na reunião por Ma Wanqi [Ma Man-kei], vice-presidente da Associação Comercial de Macau, e pelo Dr. Ke Lin [O Lon], deputado pelo círculo de Guangdong, em representação de Macau, na Assembleia Popular Nacional. Alguns dos presentes defenderam a adopção de atitudes hostis contra Macau devido ao facto de a administração portuguesa se orientar, na opinião deles, pela política americana. Ma Wanqi e Ke Lin defenderam que nada se devia fazer contra Macau²⁸.

Mesmo antes da visita do ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, a Macau, ao longo do mês de Maio os militares chineses provocaram escaramuças junto das Portas do Cerco²⁹. Estas provocações diminuíram de intensidade e frequência durante a visita ministerial ao enclave, mas deflagraram na tarde do dia 25 de Julho³⁰. Entre esta data e o fim do mês, Macau esteve sob uma forte pressão político-militar, que resultou na morte de um landim — Jacinto Mundaú — e no ferimento de vários oficiais e praças portugueses. Esta complexa e difícil situação forçou o governo português a interceder junto dos governos do Reino Unido e dos Estados Unidos da América e da COMCO no sentido de abrandarem o regime internacional de embargo contra a China continental. Ao mesmo tempo, foram encetadas localmente negociações entre representantes de Macau — Pedro José Lobo, He Xian e Ma Wanqi — com o EPL, em 4 de Agosto.

Por outro lado, os chineses deram início a esta ofensiva com o escopo de persuadirem as potências ocidentais de abandonarem a ideia de estabelecerem uma subcomissão específica para a China e a integração

conveniência de serviço [...] após se ter verificado que haviam sido emitidas licenças de importação para centenas de toneladas de materiais estratégicos que os vapores *Índia*, *Timor* e *Rovuma* transportaram dos portos do norte da Europa para Macau, donde seguiram depois para a China, com violação dos controles» in Ministério dos Negócios Estrangeiros, «informação de serviço 'para uma nova orientação da defesa da posição de Macau em face da política de embargo' de autoria de Mena Mendonça, de 2 de Julho de 1956, págs. 43-44», 2.º P., A. 6, M. 430, AHDMNE, Lisboa.

²⁸ Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, «Ofício do gabinete do ministro do Ultramar para o chefe de gabinete do presidente do Conselho de Ministros, de 6 de Fevereiro de 1952», AOS/CO/UL-10A3, Pt. 32, fl. 363, AN/TT, Lisboa.

²⁹ Ministério dos Negócios Estrangeiros, «Relatório secreto do comando militar de Macau referente aos incidentes na fronteira norte da península com os comunistas chineses em 25,26, e 29/30 de Julho de 1952, págs. 1 e 2», PAA M. 131, 3.º volume, AHDMNE, Lisboa.

³⁰ *Ibid*, págs. 3 e 4.

do Japão neste novo organismo. Na realidade, as principais potências ocidentais realizaram, entre 28 de Julho e 2 de Agosto de 1952, a Conferência de Washington³¹ para apreciarem o processo de adesão do Japão ao COMCO e a criação do COMCHI³².

Na realidade, as autoridades viram-se tão constringidas pela situação que instruíram o embaixador de Portugal em Washington, D.C., Luís Esteves Fernandes, a interceder junto do governo americano em 1 de Agosto de 1952, para que o embargo ocidental contra a China fosse reduzido³³. O conflito só cessou quando a administração portuguesa pediu desculpas pela ocorrência do acontecimento provocado pelos chineses, decidiu indemnizar a parte chinesa por alegados ferimentos causados em camponeses chineses e permitiu que Macau continuasse a romper o bloqueio ocidental contra a China, em 23 de Agosto de 1952³⁴.

Constrangido pelos acontecimentos, o governo português viu-se na necessidade de apresentar ao Conselho da OTAN um memorando a apelar para a flexibilização do regime de embargo ocidental contra a China continental, enquanto o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Cunha, declarou perante os seus homólogos do conselho da OTAN, em 16 de Dezembro de 1952, que:

«Entourée de territoires chinois, Macao est dans une situation difficile et le danger latent auquel'elle est exposée a été mis en lumière par les événements de juillet dernier qui sont certainement connus du Conseil. Certes, il ne veut pas comparer l'ampleur de l'effort français en Indochine aux difficultés que rencontre le Portugal à Macao, mais il demande au Conseil de se rendre compte de ces difficultés. Il serait catastrophique à maints égards que les Soviets se rendent maîtres de ce bastion séculaire de l'Europe en Asie»³⁵.

As autoridades portuguesas estavam tão interessadas em reexportarem livremente para a China continental que tentaram negociar directamente com os americanos um «regime de excepção» para «materiais

³¹ Participaram nesta reunião o Canadá, os EUA, a França, o Japão e o Reino Unido.

³² Ministério dos Negócios Estrangeiros, «Text of Recommendations Agreed at the Washington Five-Power Talks» in «Ofício n.º 765 do embaixador de Portugal em Londres, Rui Enes Ulrich, para o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Cunha, de 11 de Agosto de 1952», 2.º P., A. 6, M. 427, AHDMNE, Lisboa.

³³ U.S. Department of State, *Foreign Relations of the United States, 1952-1954*, vol. 14., *China and Japan*, Washington, D.C., EUA: United States Government Printing Office, 1985, págs. 84.85.

³⁴ Os textos trocados entre as autoridades de Macau e da China continental para porem cobro aos incidentes encontram-se no ministério dos Negócios Estrangeiros, «Ofício secreto n.º 1975 do gabinete do ministro do Ultramar para o secretário-geral do ministério dos Negócios Estrangeiros, de 16 de Setembro de 1952», PAA M. 131, 3.º volume, AHDMNE, Lisboa.

³⁵ Ministério dos Negócios Estrangeiros, «NATO Secret C-R(52)38», PAA M. 131, 5.º volume, AHDMNE, Lisboa.

estratégicos com destino a Macau», entre 17 e 30 de Março de 1954. Todavia, devido a objecções colocadas pelo representante do ministério do Ultramar as negociações fracassaram³⁶.

O terceiro grande factor que contribuiu para o despoletar dos incidentes foi a aliança de interesses dos *capitalistas compatriotas vermelhos* e de destacados macaenses relativamente ao ouro. O governador Marques Esparteiro aumentou a taxa de importação de ouro de MOP\$2,00, taxa instituída em 13 de Dezembro de 1947³⁷, para MOP\$2,50, em 19 de Janeiro de 1952³⁸, o que resultou numa diminuição em MOP\$ 1.840.000,00 nos lucros da concessionária do ouro a favor do erário da administração portuguesa³⁹. Por outro lado, foi institucionalizada uma Comissão de Fiscalização da Importação do Ouro composta por quatro funcionários da administração portuguesa com a função de verificar a exactidão do peso de ouro importado e «lavar o competente auto de verificação»⁴⁰. Tal como a Comissão Coordenadora do Comércio, este organismo visava essencialmente retirar poder a Pedro José Lobo. A taxa de importação de ouro manteve-se inalterada até 1963. Só neste ano, devido a pressões de Stanley Ho e d'O *Clarim*, órgão da diocese de Macau, é que foram criadas três taxas, que variavam consoante a quantidade de ouro importado⁴¹.

COMER UM SAPO VIVO: AUTOCENSURA MAOÍSTA

Embora Mao e os seus acólitos tivessem denunciado com grande frequência o imperialismo ocidental, mostraram uma grande flexibilidade quando assumiram as rédeas do poder. Assim, a versão original do ensaio de Dezembro de 1939 de Mao Zedong sobre o imperialismo ocidental sofreu profundas alterações. A versão deste texto manteve-se inalterada até 1952, quando o departamento de Propaganda e a escola de quadros do Partido Comunista Chinês passou a editar, em conjunto com a editora em línguas estrangeiras textos avulsos de Mao. O texto sobre a «revolução chinesa e o Partido Comunista Chinês», sofreu alterações significativas. A afirmação que «Portugal era um país insignificante»,

³⁶ Informação prestada ao autor pelo embaixador José Calvet de Magalhães. Vide, também, ministério dos Negócios Estrangeiros, «'Apontamento' sobre 'as conversações luso-chinesas para o estabelecimento de um *modus videndi* para Macau', de autoria de Hall Themido, de 18 de Março de 1954», PAA M. 130, AHDMNE, Lisboa.

³⁷ «Portaria n.º 4.283», *Boletim Oficial de Macau*, n.º 50, (13 de Dezembro de 1947), pág. 971.

³⁸ «Diploma legislativo n.º 1.206», *Boletim Oficial de Macau*, n.º 3, (19 de Janeiro de 1952), pág. 21.

³⁹ Vide apêndice 12.

⁴⁰ «Portaria n.º 5.201», *Boletim Oficial de Macau*, n.º 29, (19 de Julho de 1952), pág. 520.

⁴¹ «Portaria n.º 3.769», *Boletim Oficial de Macau*, n.º 48, (30 de Novembro de 1963), pág. 1.373.

assim como quaisquer referências a Macau foram omitidas do novo texto oficial. As edições posteriores destas separatas continuaram com a mesma linha editorial, o mesmo se verificando nas subseqüentes emissões das *Obras escolhidas de Mao Zedong*. Esta autocensura tinha como escopo fazer ocultar ao povo chinês a presença portuguesa em Macau e a grande contradição na política do regime de Pequim: se a China comunista era tão forte e Portugal um país insignificante, por que razão é que se mantinham os portugueses em tão exíguo território?

O pragmatismo local era tão grande, que apesar do governo português ter abandonado a opção de reconhecer a China, a administração portuguesa de Macau manteve contactos com os comunistas chineses. Segundo o marechal Costa Gomes, na altura capitão do Estado--Maior da guarnição militar, ele transportou, sob instruções do governador Albano Rodrigues de Oliveira, dois comunistas chineses até às portas de Guangzhou para evitar que fossem assassinados em Macau por agentes nacionalistas⁴².

Contudo, os reveses, desaires e deslizes diplomáticos portugueses na arena internacional foram, oportunisticamente, aproveitados pela China para denunciarem Portugal. A invasão e ocupação efectiva dos enclaves de Dadrá e de Nagar-Aveli do «*Estado da Índia Portuguesa*», em Julho e Agosto de 1954, por nacionalistas hindus, com o apoio das forças armadas e dos serviços de informações da jovem República da União Indiana, foi apoiada pela China comunista, sob o pretexto que era imperioso expulsar os «imperialistas e colonialistas portugueses da Ásia». Contudo, não actuava de forma idêntica em relação a Macau.

O CANCELAMENTO DAS COMEMORAÇÕES DO 4.º CENTENÁRIO DE MACAU EM 1955

Quando o governo da metrópole, sem grande tacto político, pretendeu comemorar o quarto centenário da presença portuguesa em Macau, em Outubro de 1955, estas foram interpretadas como uma afronta pelo governo central chinês⁴³. Em virtude desta reacção, a administração portuguesa de Macau viu-se obrigada a ceder em toda a linha: a emissão especial de selos foi cancelada, a visita ministerial da metrópole anulada e a estátua erigida para o efeito destruída. As autoridades chinesas manifestaram o seu profundo descontentamento através de canais diplomáticos e da imprensa. O canal diplomático usado foi o governador de Hong Kong e a máquina diplomática britânica, que serviram de facto como «secção de interesses portugueses» em Pequim. A gravidade da situação foi bem exemplificada pela intervenção directa de Zhou Enlai,

⁴² Carlos Pinto Santos, «A etapa macaense do marechal Costa Gomes», *op. cit.*, págs. 13-14.

⁴³ O programa das comemorações foi publicado na «Portaria da repartição do gabinete do governador Joaquim Marques Esparteiro, de 3 de Janeiro de 1955», *Boletim Oficial de Macau*, n.º 2, (8 de Janeiro de 1955), págs. 15-16.

primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros do regime de Pequim. Segundo o governador de Hong Kong, Sir Alexandre Grantham, o primeiro-ministro Zhou Enlai comunicou-lhe em 8 de Outubro que:

«a) O povo chinês considera este [acto] como provocatório;

b) O Governo chinês não tinha levantado a questão de Macau em relação à disputa acerca de Goa, apesar da sua amizade com a Índia, mas se as comemorações propostas tivessem lugar o povo chinês não entenderia a incapacidade do seu governo para reagir;

c) A China deploraria tal acontecimento porque pretende a coexistência pacífica com todos os vizinhos incluindo Macau e Hong Kong»⁴⁴.

Numa grande falta de solidariedade, o *Foreign Office* levou dez dias a comunicar a «mensagem» de Zhou Enlai ao Palácio das Necessidades, apesar de Sir Alexander Grantham ter recomendado uma grande urgência⁴⁵. Em contraste com a atitude britânica, o *State Department*, em Washington, comunicou a João Rodrigues Simões Affra, no dia 25 de Outubro, o teor das conversas havidas em Pequim entre Sir Alexander Grantham e Zhou Enlai⁴⁶.

Mas o mais importante aspecto desta crise foi, sem dúvida, a campanha orquestrada pelos órgãos de propaganda chineses não só para denunciarem as comemorações, mas, pela primeira vez, para reclamarem Macau como território chinês. Os dois mais importantes artigos foram, sem margem para dúvida, do *Rénmìn rìbào* e o despacho da redacção central da *Xinhua She*. O comentário do «observador» [*guanchajia*] do *Rénmìn rìbào*, de 26 de Outubro de 1955, foi importante porque: «... the paper's main function is to articulate and interpret policies in an authoritative way once China's top leaders have defined them»⁴⁷. O *guanchajia* defendeu que:

«Macau é território chinês. O povo chinês nunca se esqueceu de Macau, nem se esqueceu que tem o direito de exigir a devolução deste território das mãos de Portugal. [...] O facto de que Macau não foi ainda restituído à China não significa que o povo chinês possa tolerar a continuação por muito tempo da ocupação de Macau»⁴⁸.

⁴⁴ Ministério dos Negócios Estrangeiros, «Memorando apresentado em mão pelo conselheiro da embaixada britânica em Lisboa ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Cunha, em 18 de Outubro de 1955», 2.º P., A. 62, M. 214, AHDMNE, Lisboa.

⁴⁵ Alexander Grantham, *Via Ports: From Hong Kong to Hong Kong*, Hong Kong: Hong Kong University Press, 1965, pág. 186.

⁴⁶ Ministério dos Negócios Estrangeiros, «Telegrama n.º 209 recebido do Conselheiro da Embaixada de Portugal em Washington, João Rodrigues Simões Affra, de 26 de Outubro de 1955, Processo n.º 947», 2.º P., A. 62, M. 214, AHDMNE, Lisboa.

⁴⁷ A. Doak Barnett, *The Making of Foreign Policy in China: Structure and Process*, Boulder, CO e Baltimore, MD, EUA: Westview Press e School of Advanced International Studies of the Johns Hopkins University, 1985, pág. 118.

⁴⁸ «Macau is Chinese territory. The Chinese have never forgotten Macau, nor have they forgotten that they have the right to demand the recovery of this territory

E acrescentou que a administração portuguesa de Macau não devia equacionar a política pacifista chinesa como «um sinal de fraqueza», denunciou as comemorações como uma provocação e insulto ao povo chinês e aos asiáticos e acautelou que «a China de hoje não é a China de há seis anos, nem sequer a China de há 400 anos». A importância deste editorial foi manifestamente grande; pois, vários excertos foram repetidos nas emissões da Rádio Pequim e nos boletins informativos das embaixadas da China comunista em capitais estrangeiras. Por outro lado, a redacção central da Agência Noticiosa Nova China, *Xinhua She*, publicou uma «Resenha da Ocupação Portuguesa de Macau», em 28 de Outubro, que denunciou, numa linguagem vigorosa e contundente, a ocupação dos últimos 400 anos de Macau, a mudança da designação oficial de «colónia» para «província» e voltou a reiterar a política de que «Macau é território chinês»⁴⁹. Finalmente, Lin Liming, vice-presidente da Conferência Política Consultiva do Povo Chinês da província de Guangdong, reiterou, num discurso proferido em 27 de Outubro, os pontos do *Rénmín rìbào*, acusou a administração portuguesa de Macau de dar guarida aos agentes do *Guomindang*, denunciou a presença da delegacia do ministério dos Negócios Estrangeiros da Formosa/Taiwan em Macau e relatou a alegada «protecção, maquinações e apoio» prestados pela administração portuguesa de Macau às actividades de sabotagem perpetradas por agentes do *Guomindang* e dos EUA⁵⁰.

Os ataques cerrados contra Portugal regressaram com toda a força com o apoio público americano à política ultramarina portuguesa. Aquando da visita do ministro português do Negócios Estrangeiros, Paulo Cunha, a Washington, em Dezembro de 1955, o seu arqui-conservador homólogo americano, John Foster Dulles, expressou num comunicado conjunto e numa conferência de imprensa o apoio às «províncias portuguesas» do Extremo Oriente. Mais uma vez, o aparelho de propaganda chinês foi accionado para denunciar Portugal⁵¹. Todavia, não se registou qualquer alteração no estatuto de Macau, a não

from the hands of Portugal. [...] The fact that Macau has not yet been returned to China does not mean that the Chinese people can tolerate the long continuation of the occupation of Macau» in «A Warning to the Portuguese Authorities in Macau», (Pequim, *Rénmín rìbào*, 26 de Outubro de 1955, pág. 1; despacho da *Xinhua She*, em inglês, de 26 de Outubro de 1955), reimpresso no *Survey of China Mainland Press*, n.º 1158, (27 de Outubro de 1955), pág. 36.

⁴⁹ «A Brief History of the Portuguese Occupation of Macau» (Pequim, despacho da *Xinhua She*, em inglês, de 28 de Outubro de 1955), reimpresso no *Survey of China Mainland Press*, n.º 1160, (29 a 31 de Outubro de 1955), págs. 47-48.

⁵⁰ «China and Portugal: Portuguese Provocations Denounced in Guangzhou» (Guangzhou, despacho da *Xinhua She*, em inglês, de 27 de Outubro de 1955) reimpresso no *Survey of China Mainland Press*, n.º 1159, (28 de Outubro de 1955), págs. 33-34.

⁵¹ Moisés Silva Fernandes, *Sinopse de Macau nas relações luso-chinesas*, op. cit., págs. 68-69.

ser a nomeação de He Xian, o *capitalista compatriota vermelho* e presidente da influentíssima Associação Comercial, para membro do então Conselho de Governo de Macau, em *representação* da comunidade chinesa, em 25 de Agosto de 1955⁵², cargo que viria a manter até 1974.

Apesar das cedências portuguesas no terreno, as investidas e iniciativas comunistas chinesas para impor a sua orientação sobre a administração portuguesa e a comunidade chinesa continuaram. O governo de Guangdong enviou para o território, entre Fevereiro e Março de 1956, um rancho folclórico chinês, que a administração portuguesa aceitou, mas que o governo da vizinha colónia britânica de Hong Kong tinha rejeitado. A influência comunista em Macau tinha aumentado tanto, que o governo dos EUA emitiu, em 6 de Janeiro de 1956, uma ordem de segurança nacional que proibiu militares americanos de viajarem aos territórios comunistas e «áreas sensíveis», entre os quais destacaram Macau. A influência comunista chinesa em Macau era tão preponderante que foi assinalada numa «Estimativa Nacional de Informações» dos diversos serviços de informações dos EUA, de 19 de Março de 1957, que os dirigentes comunistas chineses estavam empenhados na reunificação de Hong Kong e Macau à China. Todavia, prognosticaram que a China comunista não tomasse pela força as duas colónias ocidentais. O documento previa, contudo, que Pequim adoptasse diversos meios e tácticas para aumentar a sua influência política e económica em ambas feitorias com o escopo de reduzir a sua utilidade como postos de escuta do ocidente na China e para minar a vontade política do Reino Unido e de Portugal para as continuar a administrar⁵³.

O conflito militar no estreito da Formosa, entre 23 de Agosto e 6 de Outubro de 1956, entre a China continental e a Formosa teve também repercussões em Macau. Devido às pressões da China continental, o secretário-geral do ministério dos Negócios Estrangeiros, Henrique Caldeiras Queiroz, comunicou ao ministro da China (Formosa/Taiwan) em Lisboa, Wang Huazheng, a necessidade da exoneração do delegado especial formosino em Macau e a cessação do envio de um delegado. Para além disto, informou que:

«Os comunistas não precisam de disparar um tiro para que a soberania portuguesa em Macau se torne praticamente inviável. Basta fecharem a *Porta do Cerco*»⁵⁴.

A influência da China comunista no território voltou a redobrar com a extinção do semanário comunista *In xing bào* e com o início da

⁵² *Boletim Oficial de Macau*, n.º 35, (27 de Agosto de 1955), pág. 547.

⁵³ Moisés Silva Fernandes, *Sinopse de Macau nas relações luso-chinesas*, *op. cit.*, pág. 73.

⁵⁴ Arquivos Nacionais /Torre do Tombo, «Relato de conversa confidencial entre o embaixador Henrique Caldeira Queiroz, secretário-geral do ministério dos Negócios Estrangeiros, e o ministro da China (Formosa/Taiwan) em Lisboa, Wang Huazheng, de 6 e Setembro de 1956», AOS/CO/NE-23, Pt. 19, fls. 394-395, AN/TT, Lisboa.

publicação do *Àomén ribão* [*Diário de Notícias de Macau*], o órgão oficioso da China continental e das facções da comunidade chinesa de Macau alinhada com Pequim, em 15 de Agosto de 1958⁵⁵. Este diário passou a actuar como força de pressão junto da administração portugue-sa e a disputar a hegemonia do *Guomindang* na imprensa chinesa do território. Os seus contactos políticos com os comunistas e os seus representantes locais eram tão bons que estava isento da censura portuguesa⁵⁶.

Para além de marcarem fortemente a sua presença no enclave através de um diário, a China fez sentir o seu poder e influência através do fornecimento de água ao enclave. Devido à forte seca que assolou a região, entre Novembro de 1958 e Março de 1959, Macau importou água potável da China continental e impôs o seu racionamento. Com o beneplácito do governador Pedro Correia de Barros e de Pedro Hyndman Lobo, presidente da Sociedade de Abastecimento de Aguas de Macau (SAAM) e da Comissão Administrativa do Leal Senado, He Xian, presidente da Associação Comercial de Macau, actuou como «interme-diário» nas negociações com as autoridades da China continental⁵⁷. Contudo, a «subestação de bombagem da Lapa... só funcionou 3 meses, isto é, um espaço de tempo mais curto do que o previsto, por imposição das autoridades chinesas, embora esta água bruta importada da China fosse paga pela SAAM [Sociedade de Abastecimento de Águas de Macau]»⁵⁸.

As iniciativas políticas portuguesas no sentido de construir um aeroporto para Macau foram, também, efectivamente vetadas pelas autoridades chinesas. Ao longo das décadas de 1950 e 1960, os governadores Esparteiro, Barros e Santos tentaram construir um aeroporto/aeródromo em Macau; contudo as autoridades chinesas opuseram-se determinantemente à sua construção. Como observou, em 1991, o general Lopes dos Santos, governador de Macau entre 1962 e 1966, que encomendou, em 1962, à direcção-geral de Aviação Civil da metrópole o estudo de viabilidade técnica da localização dum aeroporto na Ponta da Cabrita, na parte Este da ilha da Taipa:

«Como se vê, a ideia dum aeroporto em Macau, agora em efectiva construção [1991], está longe de ser novidade recente. Simplesmente,

⁵⁵ Henrique Rola da Silva, *op.cit.*, pág. 72.

⁵⁶ João Guedes, «A imprensa de Macau: o 28 de Maio e os jornais locais», *Macau*, 1.^a série, n.º 6, (Novembro de 1987), pág. 47.

⁵⁷ Informação gentilmente cedida pela engenheira Maria Luísa Portugal Basílio, chefe de divisão do Laboratório Municipal do Leal Senado de Macau. Para mais pormenores sobre este importantíssimo assunto vide a excelente comunicação da engenheira Maria Luísa Portugal Basílio intitulada «A Evolução da População e o Abastecimento de Agua a Macau», *Seminário Internacional Sobre a População em Macau e no Delta do Rio das Pérolas (SIPOMAC)*, segundo volume, Macau: Serviços de Estatística e Censos, 1993, págs. 369-387.

⁵⁸ Ofício da engenheira Maria Luísa Portugal Basílio, de 3 de Junho de 1995.

na altura, tinha de ser adaptado às características de então dos meios aéreos e dos aeroportos, às reais possibilidades dos meios técnicos de execução e do erário público do território e, *muito principalmente, tinha de se encarar a falta de relações diplomáticas com a RPC [República Popular da China], factor determinante dos bloqueios verificados*⁵⁹ (Itálicos nossos).

Finalmente, a política de recuos, cedências e apaziguamento da administração portuguesa — apesar de protestos em contrário — prolongaram a presença colonial para além do que seria de esperar. Durante a guerra civil chinesa, Portugal abandonou definitivamente o «mapa cor-de-rosa» de Macau que previa o controle das ilhas da Lapa, Bugios, D. João, Montanha e da ilha de Zhongshan. Tendo gradualmente retirado os postos policiais durante a guerra civil. Uma situação idêntica voltou a registar-se após a conclusão dos conflitos fronteiriços provocados pelos chineses com vista a pressionar a parte portuguesa a abrandar os controles sobre o contrabando para a China comunista e para o Vietname do Norte. Para além de ter de aceitar as culpas pelo início dos conflitos, também teve que indemnizar os chineses e «fechar os olhos» ao contrabando que imperava no território.

As enormes dificuldades enfrentadas por Portugal em Macau voltaram a ser reconhecidas, com grande realismo, pelo presidente do Conselho de Ministros Salazar numa alocução, proferida em 30 de Junho de 1961, sobre a política ultramarina à Assembleia Nacional:

«O que chamamos província de Macau é quase só a cidade do Santo Nome de Deus, lugar de repouso e refúgio do Extremo-Oriente, incrustada na China continental. *A província tem atravessado períodos de prosperidade e decadência, esta agora devida ao bloqueio americano da China que tirou a Macau a parte mais importante do seu comércio.* E, como não pode estender-se, sofre das suas limitações naturais. A existência de Macau como terra sujeita à soberania portuguesa funda-se em velhos tratados entre os reis de Portugal e os imperadores da China, de modo que, se estes textos jurídicos mantêm, como deve ser, o seu valor, através das mutações dos regimes políticos, está assegurada a individualidade daquele território e a sua integração em Portugal. *Mas, se saíssemos do terreno da legalidade para fazer apelo a outros factores, certo é que Macau, fosse qual fosse o valor da nossa resistência, acabaria por ser absorvida na China de que depende inteiramente na sua vida diária.* E o mundo ocidental ficaria culturalmente mais pobre»⁶⁰ (Itálicos nossos).

⁵⁹ António Adriano Faria Lopes dos Santos, «Da varanda de Santa Sancha: memórias do ex-governador António Adriano Faria Lopes dos Santos», *Revista de Cultura*, n.º 16, (Outubro/Dezembro de 1991), pág. 185.

⁶⁰ «Discurso do primeiro-ministro, António de Oliveira Salazar, proferido na sessão n.º 217 da VIII legislatura (sessão extraordinária), de 30 de Junho de 1961» in *Diário das sessões*, n.º 217, de 1 de Julho de 1961, pág. 925.

A queda do forte de São João Baptista de Ajuda, passadas quatro semanas, e do «Estado da Índia Portuguesa», em Dezembro, constituiu um mau presságio para a política ultramarina portuguesa. Em 1 de Agosto de 1961, na comemoração do primeiro aniversário de independência da França, a República do Benim (então conhecida como Daomé), um pequeno Estado francófono da África Ocidental, invadiu e anexou unilateralmente o Forte de São João Baptista de Ajuda, um exíguo enclave português de aproximadamente um quilómetro quadrado, que contava com dois residentes portugueses: o residente capitão Saraiva Borges e o secretário Augusto Meneses Alves.

Mas a grande derrota para a política ultramarina portuguesa nos primeiros anos da década de 1960, foi, sem margem para dúvidas, o desmoronamento do *Estado da Índia Portuguesa*. A retumbante vitória da Índia sobre Portugal foi amplamente apoiada pelo governo da República Popular da China, que emitiu, em 19 de Dezembro de 1961, uma nota oficiosa que manifestou o seu regozijo e apoio ao governo da União Indiana por ter tomado pela força os enclaves de Goa, Diu e Damão⁶¹.

Estas derrotas políticas portuguesas foram acompanhadas por uma evolução significativa na política externa chinesa que foi, em larga parte, adversa à política ultramarina portuguesa em África, pois traduziu-se no início do apoio político-militar e diplomático chinês aos movimentos de libertação das colónias portuguesas de África. Com vista a criar uma imagem de «pátria revolucionária» nos recém-independentes Estados africanos, as autoridades chinesas multiplicaram-se em esforços para apoiar no decénio de 1960 os movimentos de libertação da África lusófona.

Todavia, esta mudança fez com que, paradoxalmente, o valor estratégico da presença portuguesa em Macau se valorizasse e trouxesse ao de cima contradições da política chinesa. Na realidade, a intenção chinesa de apoiar os movimentos de libertação da África lusófona passou a revelar contradições, que foram amplamente exploradas e difundidas ao mundo pela máquina de propaganda da então URSS. Os soviéticos colocaram uma simples pergunta: como é que a China podia apoiar a luta de libertação em África quando não expulsava os portugueses do seu próprio solo?

Apesar desta acusação, que tendeu a acentuar-se com os crescentes diferendos entre Pequim e Moscovo, Macau beneficiou, em parte, com as actividades chinesas na África lusófona. Vários agentes da China continental foram enviados para Macau para se familiarizarem com a língua, cultura e forma de pensar dos portugueses para poderem prestar apoio aos movimentos de libertação da África lusófona, o que, certamente, contava a favor da manutenção do *status quo* no enclave.

⁶¹ Moisés Silva Fernandes, *Sinopse de Macau nas relações luso-chinesas*, op. cit., pág. 90.

A RUPTURA GRADUAL NAS RELAÇÕES LUSO-FORMOSINAS E MELHORAMENTO COM A CHINA CONTINENTAL, 1961-1966

A ideia para a iniciativa de uma aproximação diplomática com a China foram ensaiadas em duas alturas diferentes: em 1961 e 1964. Antes da invasão de Goa pela Índia, em 1961, o então ministro do Ultramar, Adriano Moreira, tentou estabelecer relações com a China comunista e ceder facilidades militares em Goa ao regime de Pequim. Todavia, o plano gorou-se devido à invasão de Goa pela Índia⁶².

Aliás, o regime de Pequim tinha vindo a mostrar uma certa abertura em relação a Portugal. Um grupo de cinco proeminentes portugueses de Macau deslocou-se à China, a título particular, em Janeiro de 1960. Contudo, a edição de 10 de Fevereiro de 1960, *do Daily Telegraph*, de Londres, interpretou esta visita como uma tentativa de negociações entre Lisboa e Pequim para o governo português entregar Macau à China. Três dias após a publicação desta notícia, o governador Jaime Silvério Marques e os membros da delegação portuguesa que tinham efectuado a visita à China publicaram comunicados *no Notícias de Macau*⁶³ a desmentirem o teor da notícia do *Daily Telegraph*.

Esta visita foi seguida um ano e meio depois por outra, mas desta vez de um homem da imprensa portuguesa. O jornalista Mário Rosa, subchefe de redacção do *Diário Popular*, de Lisboa, realizou uma visita de 19 dias à China, a convite do *Guangming ribào*, de Pequim, entre a última semana de Julho e as três primeiras semanas de Agosto de 1962⁶⁴. Pela primeira vez, um órgão de imprensa português publicou uma série de artigos optimistas sobre a República Popular da China. Na conferência de imprensa concedida em Hong Kong, Mário Rosa declarou não ter visto indícios de fome na China e acrescentou que o objectivo da sua viagem foi o de desenvolver os laços culturais, educativos e da amizade entre Lisboa e Pequim.

Estas aproximações entre Pequim e Lisboa valeram duras críticas de Nikita Khrushchev, dirigente da então União Soviética, entre 1953 e 1964, que denunciou perante o Soviete Supremo (parlamento decora-

⁶² Moisés Silva Fernandes, *Política externa desequilibrada: as várias tentativas para o estabelecimento de relações diplomáticas e consulares entre Portugal e a República Popular da China (RPC), 1949-1979* (trabalho inédito que aguarda publicação).

⁶³ «Comunicado à imprensa» e «declaração» publicado, respectivamente, no *Notícias de Macau*, (13 de Fevereiro de 1969), pág. 1.

⁶⁴ Segundo a PIDE a visita teve início em 24 de Julho de 1962. Mário Rosa foi acompanhado pelo «jornalista» chinês Ch'oi Leong Soi, director do diário pró-comunista de Macau *Dazhong bào [Tai Chung Pou]* (*Diário para Todos*), propriedade de He Xian, que serviu de intérprete durante a estadia de Mário Rosa, e por He Xian até Guangzhou in Ministério dos Negócios Estrangeiros, «Informação n.º 51-SC/CI(2), Serviços de Segurança, Secção Central, de 12 de Setembro de 1962, pág. 1, PAA M. 795, AHDMNE, Lisboa.

tivo) a cobardia dos dirigentes chineses por permitirem a presença de duas colónias ocidentais em território chinês: Macau e Hong Kong. Ao mesmo tempo, enalteceu e congratulou as autoridades da Índia por terem posto fim à presença portuguesa no Indostão e indicou que os dirigentes chineses deveriam enveredar por uma política idêntica em relação a Macau e Hong Kong. Os órgãos oficiosos do regime soviético, o *Pravda* e o *Izvestia* fizeram eco do discurso⁶⁵. Possivelmente devido a pressões do Partido Comunista da União Soviética, o pró-soviético Partido Comunista dos EUA divulgou um comunicado de teor idêntico ao do discurso de Nikita Khrushchev⁶⁶. Perante esta provocação, os chineses reagiram com a publicação de um editorial no *Rénmín rìbào*, órgão oficioso do Partido Comunista Chinês, em 8 de Março de 1963. Este editorial defendeu a manutenção de uma política de *status quo* em relação a Hong Kong, Macau e à Formosa/Taiwan e um desfecho político para estes territórios «através de negociações pacíficas quando as condições forem propícias»⁶⁷.

Esta reafirmação clara dos desígnios do regime de Pequim em relação a estes três territórios, foi acompanhada, umas semanas depois, por um convite para que uma delegação de Macau visitasse a Feira Industrial e Comercial da Primavera de Guangzhou. A convite de He Xian, Horácio Teixeira Duarte, chefe da repartição provincial dos serviços de Economia e Estatística Geral de Macau, acompanhado por Peter Pan, presidente da Associação Industrial de Macau, deslocaram-se a Guangzhou, entre 21 e 28 de Abril de 1963, para participarem na feira. Durante a sua estadia almoçaram com o director-geral da feira e director da repartição do Comércio Externo do governo de Guangdong que se interessou: «vivamente com os problemas de Macau, Moçambique e Angola como futuros mercados dos produtos chineses. Ficou informado acerca dos produtos que mais se destacavam na exportação de Macau para aquelas províncias ultramarinas, entre eles os de tradição chinesa... Foi notório o interesse com que esta individualidade ouviu todos os esclarecimentos, tendo manifestado certa admiração pelas áreas de Angola e Moçambique, pois julgava-as mais pequenas»⁶⁸.

A ideia para a segunda iniciativa de aproximação diplomática com a China comunista surgiu em 16 de Setembro de 1963, quando o então enérgico e influente ministro português dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, recebeu uma mensagem de Zafrulla Khan, representante permanente do Paquistão junto da ONU em Nova Iorque e ex-presidente da Assembleia Geral da ONU, com: «rumores de que o

⁶⁵ Moisés Silva Fernandes, *Sinopse de Macau nas relações luso-chinesas*, pág. 96.

⁶⁶ *Ibid.*, pág. 97.

⁶⁷ *Ibid.*, pág. 99.

⁶⁸ Ministério dos Negócios Estrangeiros, «Relatório da visita à Feira Industrial e Comercial de Guangzhou para o governador de Macau, de autoria de Horácio Teixeira Duarte, de 31 de Maio de 1963, pág. 6», PAA M. 1166, AHDMNE, Lisboa.

Paquistão e a China [comunista] desejavam aproximar-se de Portugal»⁶⁹. Esta oportunidade foi imediatamente aproveitada por Franco Nogueira, um diplomata de carreira que ascendeu ao cargo máximo da diplomacia e que possuía uma grande experiência no Extremo Oriente, onde exerceu funções diplomáticas após a guerra do Pacífico. Franco Nogueira mostrou-se então preocupado com a «[e]spionagem americana e nacionalista em Macau põe em risco a segurança da cidade»⁷⁰.

A partir desta altura o delfim de Salazar entendeu como sendo politicamente oportuna uma aproximação com Pequim. Dois dias mais tarde, isto é, em 18 de Setembro, devido às fortíssimas pressões das autoridades comunistas de Guangzhou, o ministério do Ultramar instruiu a administração portuguesa de Macau a emitir uma nota oficiosa em que declarava que o governo do território não toleraria actividades hostis contra a República Popular da China em Macau e, por incrível que pareça, os indivíduos que estivessem envolvidos nestas actividades seriam apreendidos e entregues às autoridades da República Popular da China⁷¹. Esta abertura e cedência à China comunista não satisfaz, contudo, os dirigentes comunistas chineses, devido a que as autoridades portuguesas recusaram-se a entregar os sete agentes da Formosa capturados em Junho de 1963, quando estavam a ser perseguidos por lanchas-patrolhas do Exército Popular de Libertação (EPL) junto às águas territoriais de Macau. Todavia, em 23 de Setembro de 1963, a legação da China (Formosa/Taiwan) em Lisboa apresentou uma enérgica nota de protesto junto do governo português contra a proibição de actividades anticomunistas em Macau⁷². Por sua vez, o porta-voz do ministério formosino dos Negócios Estrangeiros, Patrick Sun, afirmou que a atitude portuguesa: «não está de harmonia com a tradicional amizade sino-portuguesa e é contrária à prática internacional e aos princípios humanitários»⁷³. Sem razões para abonarem a sua posição, o Palácio das Necessidades optou pelo silêncio.

Dois anos mais tarde, numa aparente cedência às autoridades da China continental, sob pressão do governo central português, a administração portuguesa encerrou a delegacia do ministério formosino dos Negócios Estrangeiros, a missão consular formosina no território, e tentou reconhecer e estabelecer relações diplomáticas com a China comunista. Esta iniciativa tinha um escopo tríplice: manter Macau sob

⁶⁹ Franco Nogueira, *Um político confessa-se: diário, 1960-1968*, 3.^a edição, Porto: Livraria Civilização Editora, 1987, pág. 77.

⁷⁰ *Ibid.*

⁷¹ Moisés Silva Fernandes, *Sinopse de Macau nas relações luso-chinesas*, op. cit., pág. 102 e 412. Vide, também, o último parágrafo do documento n.º 61.

⁷² Ministério dos Negócios Estrangeiros, «Nota de protesto da legação da China (Formosa/Taiwan), de 23 de Setembro de 1963», PAA M. 802, AHDMNE, Lisboa.

⁷³ «Taiwan Protests Over Macau Ban», *South China Morning Post*, (28 de Setembro de 1963), pág. 1.

a administração portuguesa, isolar regionalmente a Índia e tentar evitar que a China apoiasse os movimentos de libertação da África lusófona e a esquerda revolucionária clandestina em Portugal. Esta aproximação realista à política externa portuguesa tinha bases bem sólidas e fazia parte duma análise bem realista da conjuntura política internacional. Depois da perda de Dadrá e Nagar-Aveli, em 1955, do forte de São João Baptista de Ajuda, em Agosto de 1961, e de Goa, Diu e Damão, em Dezembro de 1961, em si territórios estrategicamente secundários, mas, contudo, simbólicos da erosão gradual do império colonial português, o regime português queria evitar que Macau, também um domínio secundário, tivesse o mesmo destino que as outras feitorias. Por outro lado, uma aliança com a China continental, apresentava-se para as autoridades portuguesas como que uma forma de punir o governo da Índia, criando focos de tensão na fronteira sino-indiana e ao mesmo tempo divisões no bloco asiático e, conseqüentemente, no Terceiro Mundo. O terceiro objectivo bem implícito nesta iniciativa era o de dissuadir o governo comunista chinês a não apoiar os movimentos de libertação africanos, que começaram a levar a cabo acções de guerrilha no início da década de 1960. Os dirigentes portugueses da metrópole estavam conscientes que os chineses começaram a apoiar a nível político, militar e diplomático os movimentos de libertação africanos. Por exemplo, três guineenses e três angolanos — nomeadamente, Amílcar Cabral, diri-gente do PAI, e Viriato da Cruz e Lúcio Lara, do MPLA — deslocaram-se à China, em Agosto de 1960, para oficialmente participarem na *Jornada de solidariedade com as nações Africanas ainda sob o jugo do colonialismo*⁷⁴. Todavia, durante a sua estadia, a delegação do MPLA «conseguiu estabelecer acordos de cooperação político-militar e, ao mesmo tempo, receber os primeiros fundos para se iniciar na luta de libertação»⁷⁵. Por sua vez, o PAI conseguiu não só obter múltiplos apoios chineses, mas também que vários dos seus quadros militares fossem treinados na Academia Superior Político-Militar de Nanquim e, em 1964, dissuadiu os chineses a fornecerem-lhe armamento letal pesado⁷⁷. No ano seguinte, uma delegação dos nacionalistas angolanos realizou uma visita à China, também, para obter o patrocínio chinês. Apoios mais ou menos idênticos foram angariados pelos restantes dirigentes de outros movimentos de libertação da África lusófona, que passaram a visitar Pequim com uma certa frequência na década de 1960.

⁷⁴ Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, «Informação n.º 635/60-GU dos serviços de segurança, secção central da PIDE, de 11 de Novembro de 1960», AOS/CO/UL-32C, Pt. 3, fl. 40, AN/TT, Lisboa.

⁷⁵ Carlos Pacheco, *MPLA — um nascimento polémico: as falsificações da história*, Lisboa: Vega, 1997, pág. 99.

⁷⁶ Ronald H. Chilcote, *Amílcar Cabral's Revolutionary Theory and Practice: A Critical Guide*, Boulder, CO, EUA: Lynne Rienner Publishers, 1991, pág. 16.

⁷⁷ Mustafah Dhada, «Guinea-Bissau's Diplomacy and Liberation Struggle», *Portuguese Studies Review*, vol. 4, n.º 1, (Primavera/Verão de 1995), pág. 31.

Este apoio foi acompanhado pelo início das transmissões em língua portuguesa da Rádio Pequim, órgão de radiodifusão de propaganda internacional do regime comunista chinês, para actuar como instrumento de guerra psicológica, para Portugal e a África lusófona, em Setembro de 1960.

A grande oportunidade para o estabelecimento de relações diplomáticas com a China surgiu quando França estabeleceu relações diplomáticas com Pequim, em 27 de Janeiro de 1964, sendo, portanto, a segunda grande potência ocidental a fazê-lo e a romper com a doutrina americana de não reconhecimento do governo de Pequim. Esta conjugação de factores levou Franco Nogueira, o autor da iniciativa, a convocar a Lisboa, em Fevereiro de 1964, Jorge Jardim para convencer Salazar da necessidade de serem estabelecidas relações com a China. Segundo Jorge Jardim:

«Franco Nogueira atendeu-me logo no dia imediato e disse-me tratar-se de uma tentativa de estabelecimento de relações com a China Popular. Tinham-me escolhido pela delicadeza da missão que não poderia fracassar, dado tudo quanto nela se jogava. O Presidente do Conselho [Salazar] tinha estado reticente mas dera a sua concordância, tal como aprovara o meu nome. [...] Franco Nogueira esclareceu-me de que esta aproximação deveria ser genuína e, desde que iniciada, levada às últimas consequências ou seja o estabelecimento de relações officiosas que desembocariam, a curto prazo, em relações diplomáticas. A China Popular teria interesse político nisso, pelo que representava a ostensiva libertação da tutela americana por parte de um país, como Portugal, membro da Aliança Atlântica e tradicionalmente anticomunista. Depois do reconhecimento francês (que havia sido duramente atacado na NATO com a única posição favorável da Alemanha e de Portugal) isso traduziria notável vitória para Pequim cujas compensações contávamos recolher. Mas era preciso andar-se depressa para não nos atrasarmos entre os países ocidentais que viriam, certamente, a seguir o mesmo caminho. Em conclusão: a manobra depois de iniciada era irreversível e tinha de ser feita convictamente, com sinceridade»⁷⁸.

O primeiro-ministro Zhou Enlai deu sinais que estava interessado em estabelecer relações com Portugal. Numa entrevista publicada no *New York Times*, na edição de 7 de Fevereiro de 1964, o chefe do governo chinês afirmou que a China estava disposta a estabelecer relações com várias potências ocidentais, incluindo Portugal⁷⁹.

A iniciativa de Franco Nogueira não foi, contudo, a nenhum lado. Devido à fortíssima oposição de sectores da extrema-direita no seio do regime e dos EUA, ou seja, a convergência de factores endógenos e

⁷⁸ Jorge Jardim, *Moçambique: terra queimada*, Lisboa: Editorial Intervenção, 1976, págs. 63 e 64.

⁷⁹ Moisés Silva Fernandes, *op. cit.*, pág. 109.

exógenos, levaram a que o governo português tivesse que abandonar a tentativa de estabelecimento de relações diplomáticas com a China comunista. Na realidade, sectores da extrema-direita do regime opuseram-se com grande veemência contra a iniciativa de Franco Nogueira e das Necessidades, chegando a lançar ataques *ad hominem* contra o ministro dos Negócios Estrangeiros. Por outro lado, nos Estados Unidos da América, o presidente Johnson admoestou publicamente a França por ter estabelecido relações diplomáticas com a China, o que fazia prever uma reacção negativa dos americanos à iniciativa portuguesa, o que veio a verificar-se. De facto, o embaixador dos EUA em Lisboa, almirante George W. Anderson, manteve conversas com Franco Nogueira e Salazar com vista a demovê-los da iniciativa. Devido a todas estas pressões políticas, Salazar acabou por cancelar a luz verde dada ao seu delfim, em 13 de Fevereiro de 1964. Como averbaria mais tarde Franco Nogueira:

« ...o problema do reconhecimento da China é debatido em alguma imprensa portuguesa. Órgãos como o *Jornal do Comércio*, estribados em razões económicas, advogam a abertura de relações; mas alguns artigos de Dutra Faria, obviamente inspirados por forças políticas de extrema-direita, exprimem dúvidas; e em alguns sectores da *União Nacional* e outros muito perto do presidente do Conselho há clara oposição, fundada em motivos ideológicos. E então, quase de súbito, quando Jardim está em vésperas de partir, Oliveira Salazar modifica a sua atitude, e anula a missão. Para os seus colaboradores mais chegados, invoca um motivo de bem fundada prudência: '*aperspectiva ou receio, por parte dos Estados Unidos, de um nosso entendimento com a China pode levar a diligenciarem a ser-nos menos desagradáveis do que presentemente. Mas a concretização desse eventual reconhecimento desencadeará a má-vontade mais expressa dos Estados Unidos*'⁸⁰. (Itálicos no original).

Apesar da política externa portuguesa em relação à China ter perdido o fôlego necessário, a política externa chinesa começou a assistir a uma pequena abertura ao Ocidente, crescentes divergências e escaramuças com a União Soviética e o seu bloco e o crescente apoio ao terceiro mundo. A França estabeleceu relações diplomáticas com a China, passando a ser a segunda grande potência europeia a fazê-lo, depois do Reino Unido, em 1950. Por outro lado, importantes médias potências ocidentais, como o Canadá e a Austrália, firmaram acordos com a China comunista para a venda de trigo e cevada, «furando», gradualmente, o embargo ocidental da China.

Pequim não reagiu bem, obviamente, às vacilações de Salazar. A primeira repercussão registou-se durante a visita de um jornalista

⁸⁰ Franco Nogueira, *Salazar: a resistência, 1958-1964*, quinto volume, Porto: Livraria Civilização Editora, 1984, pág. 553.

português à China. José de Freitas, do *Diário Popular* de Lisboa, realizou uma digressão pela China, entre Março e Abril de 1964, mas não conseguiu encontros com destacados dirigentes chineses⁸¹. Segun-do o governador Lopes dos Santos:

«... recebi hoje [o] jornalista [do] *Diário Popular* José de Freitas depois [de uma] visita [à] China continental. Disse haver sido tratado com extrema correcção [e] gentileza. Salientou [que] não conseguiu como desejava avistar-se com Zhou Enlai e Mao Zedong nem dirigir [uma] mensagem [à] Rádio Pequim. [...] Disse ter ficado com a impressão que a China continental estaria à espera [de] qualquer atitude por parte de Portugal»⁸².

Os chineses ainda esperaram até meados de Maio de 1964 que o governo português avançasse com a iniciativa do reconhecimento e estabelecimento de relações. Sob o pretexto de se deslocar a Guangzhou para visitar a Feira Industrial e Comercial local, Eduardo Conde, cônsul-geral de Portugal em Hong Kong, mas na realidade para ter um encontro com o chanceler-gerente do consulado de Portugal naquela grande urbe do sul da China, foi solicitado a encontrar-se com dirigentes chineses locais e a deslocar-se a Pequim. Todavia, a visita de Eduardo Conde limitou-se à feira, pois Pequim mudou de ideias em relação à visita do diplomata português. Aparentemente, também poderia eventualmente ter sido uma sabotagem de He Xian e dos capitalistas *compatriotas vermelhos de Macau* que estavam muito pouco interessados no estabelecimento de relações diplomáticas, pois reduzia a sua influência quer em Macau, Guangzhou e Pequim. Como observou Eduardo Conde durante um almoço com He Xian, Roque Choi, Ch'oi Leong Soie David Barrote:

«Ouvi mais do que falei, convencido de que nada adiantaria com qualquer reparo à maneira como o Sr. He Xian se ocupara do meu pedido de ver e falar com o chanceler [Eugênio Miguel]»⁸³.

A viagem, certamente, que não correspondeu aos desígnios de Eduardo Conde porque He Xian tinha sabotado.

Contudo, as profundas divergências e escaramuças político-ideo-lógicas entre os dirigentes da China comunista e da então União Soviética assumiram novos foros e Macau e Hong Kong subiram à ribalta internacional. O *Pravda*, o jornal de propaganda do Partido

⁸¹ José de Freitas escreveu um livro sobre o seu périplo pela China, que era, em grande parte, encomiástico do regime de Pequim. Vide José de Freitas, *A China vence o passado*, Lisboa: Edições Cosmos, 1964.

⁸² Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, «Telegrama recebido do governador de Macau, Lopes dos Santos, pelo ministro do Ultramar, Silva Cunha, de 23 de Abril de 1964», AOS/CO/UL-8I, Pt. 8, 1.^a Sbd., n. 1310, AN/TT, Lisboa.

⁸³ Ministério dos Negócios Estrangeiros, «Relatório confidencial da visita à Feira da Primavera de Guangzhou [de 15 a 19 de Maio] de 1964, pág. 4.», PAA M. 801, AHDMNE, Lisboa.

Comunista da União Soviética, fazendo eco das acusações de Khrushchev censurou, na edição de 8 de Julho de 1963, os dirigentes comunistas chineses de contradição entre a retórica dos discursos e das declarações oficiais e a prática e os actos políticos por permitirem a presença portuguesa em Macau. Na opinião do *Pravda*, esta contradição punha em causa a sinceridade política dos dirigentes comunistas chineses em relação à causa da luta de libertação dos povos da Ásia e África contra as potências ocidentais. Segundo alguns analistas, estas acusações visavam pôr em causa uma possível tentativa de estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a China comunista.

Com vista a criar problemas políticos para os comunistas chineses, os soviéticos instigaram vários movimentos de libertação a denunciarem a China no Fórum Mundial da Juventude, uma organização frentista apoiada pela então União Soviética. Em 23 de Setembro de 1964, Moscovo e os seus aliados acusaram a delegação chinesa de enveredar por tácticas disruptivas e aprovaram uma resolução em que colocavam Hong Kong e Macau em paralelo com os casos de Timor-Leste, Papua, Omã e Adem (Iémen do Sul) e em que reclamavam a «independência» para estes territórios de harmonia com a Declaração das Nações Unidas sobre a Concessão da Independência a Países e Povos Colonizados. Como era óbvio, o regime comunista chinês condenou veementemente a aprovação daquela resolução e denunciou a URSS por mais um, alegado, baixo golpe, e recusou-se a assinar o comunicado final da conferência.

Apesar da abertura a Portugal para uma possível aproximação, a China, todavia, continuou a apoiar os movimentos de libertação da África lusófona. Com o escopo de reforçar as suas credenciais «revolucionárias» junto dos países do Terceiro Mundo, os comunistas chineses continuaram a prestar apoio aos movimentos de libertação africana. Se a iniciativa portuguesa visava alterar esta situação, não resultou. Assim, em 5 de Agosto de 1964, após muita pressão política chinesa, Kwame Nkrumah, presidente do Gana, aceitou a oferta de Zhou Enlai para que instrutores militares chineses formassem combatentes africanos prove-nientes das colónias portuguesas e dos Camarões, Congo-Kinshasa, Costa do Marfim e do Níger no campo de treino de Half Assini. Esta cedência ganosa levou a que os primeiros instrutores militares chineses começassem a chegar em Outubro de 1963 ao Gana e aí permanecessem até Fevereiro de 1966, quando Nkrumah foi deposto por um golpe de Estado chefiado pelo general Joseph Ankrah.

Mas esta não era a única frente aonde a China conseguiu marcar a sua presença. O próprio presidente do Congo-Brazaville, Alphonse Massamba-Débat, autorizou, em Outubro de 1964, o fornecimento de armas letais chinesas aos movimentos de libertação angolanos, a partir de Pointe Noire, como contrapartida por um empréstimo chinês para a construção de uma fábrica de produtos imediatos. Estas iniciativas chinesas culminaram com o início da luta armada em Moçambique, em 25 de Setembro de 1964. Para a China, o valor político-propagandístico

e o apoio que poderiam eventualmente granjear entre os dirigentes dos novos Estados era extremamente importante para poderem entrar na ONU. A ala moderada do PCC não estava na disposição de se sacrificar muito para o estabelecimento de relações diplomáticas. A China continuava a estar isolada internacionalmente e os benefícios político-propagandísticos junto dos recém-independentes países do terceiro mundo eram demasiadamente importantes para os comunistas chineses, especialmente em termos político-propagandísticos, para que a China fosse reconhecida por Portugal em troca pelo não apoio aos movimentos de libertação africanos.

A influência dos comunistas chineses também se alastrou a Portugal, com a cisão sino-soviética. Em Abril de 1964, foi fundado em Portugal o Comité Marxista-Leninista Português (CMLP), organização clandestina alinhada com o regime comunista chinês. Gradualmente, esta organização passou a distribuir propaganda política chinesa, sendo de destacar *Pekim Information*, enquanto que as rádios Pequim e Tirana passaram a difundir comunicados e outra propaganda dos maoístas portugueses.

A conjuntura política internacional tinha evoluído no sentido bem negativo tanto para Portugal como para a China. O isolamento político internacional de Portugal e da China comunista no mundo Ocidental continuaram a acentuar-se. Portugal viu-se sucessivamente condenado pelos EUA. Sucessivas administrações americanas, a começar pela de John Kennedy que, contrário à administração anterior, pôs em causa a política ultramarina portuguesa e tentou dissuadir Salazar a abandonar os domínios ultramarinos, o que na altura constituía uma heresia política para o regime.

A China, por seu turno, entrou em dissídio com a então União Soviética, enquanto os americanos continuaram a manter uma linha dura com ela. Como se sabe, na década de 1960 a China denunciou o tratado de defesa mútua com a então União Soviética, o que levou a então União Soviética a terminar bruscamente o seu programa de ajuda pública para o desenvolvimento à China e uns meses mais tarde envolveram-se num gravíssimo conflito fronteiriço com as forças armadas de ambos os países.

O agravamento das relações sino-soviéticas foi acompanhado por uma crescente linha dura dos EUA em relação à China, que tinha abrandado um pouco após a conclusão da guerra da Coreia. O crescente envolvimento político-militar dos EUA na Indochina, área sobre a qual os chineses pretendiam estabelecer uma «esfera de influência» e em que era claro o apoio político, militar e diplomático de Pequim aos partidos comunistas locais, levou a que os EUA adoptassem uma linha dura e dificultassem a vida à China. Em parte, esta política de «cordão sanitário» da guerra fria regional levou a que na região tivesse lugar uma série de levantamentos anticomunistas, apoiados, em larga parte pelos EUA, que aumentou o isolamento internacional e regional da China.

Mas se a iniciativa política portuguesa para o estabelecimento de relações com a China se gorou, todavia, as relações informais no terreno,

isto é, em Macau, continuaram a registar significativas melhoras as quais, em parte contradiziam a falta de relações diplomáticas e as próprias ideologias oficiais de ambos os regimes. Devido à seca que voltou a assolar a região, as autoridades viram-se obrigadas a declarar a epidemia de cólera no território, entre 4 de Agosto e 12 de Outubro de 1961, «sendo uma das razões apontadas a insuficiência do abastecimento»⁸⁴ de água. A crise assumiu proporções tão graves que o governo de Macau se viu obrigado a impor o racionamento de água durante os meses de Novembro de 1962 a Março de 1963, e He Xian voltou a servir como intermediário, com o beneplácito do governador Lopes dos Santos e do presidente do Leal Senado e da SAAM, Pedro Hyndman Lobo, nas negociações com as «autoridades da China continental» para o abastecimento de água bruta a Macau. Destas negociações que resultaram, convenientemente, em «acordos orais», He Xian conseguiu dissuadir as autoridades da China continental a proverem dois postos de captação de água bruta para Macau, situados na ilha da Lapa, em 1962, e da Albufeira, em 1963, que passaram a fornecer, regularmente, água bruta ao território através de duas condutas adutoras de um metro de diâmetro. A disponibilidade da China para fornecer água bruta a Macau aumentou, inversamente, a dependência do enclave em relação ao grande colosso. O regime de Pequim possuía, em suma, uma espada de Dâmocles sobre a administração portuguesa e a população do enclave: o fornecimento de água bruta.

Enquanto as autoridades acederam à importação de água bruta para Macau, o mesmo não aconteceu em relação à construção de um aeroporto para o território. Tal como os seus dois predecessores no cargo, o governador Lopes dos Santos tentou que fosse construído um aeroporto para garantir uma maior autonomia do território, tanto em relação a Hong Kong como à China continental. A 25 de Setembro de 1962, o governador Lopes dos Santos divulgou pormenores do Plano Intercalar de Fomento de Macau alusivos aos de 1962 a 1965 em que previa aterros extensivos; a criação de novas zonas residenciais em aterros, perto da baixa da cidade, para alojar aproximadamente 20 000 pessoas; a urbanização do Porto Exterior para acomodar perto de 30 000 pessoas, incluindo alguns dos refugiados provenientes da China continental; a construção de um aeroporto na Ponta da Cabrita, na parte Este da ilha da Taipa, de três hotéis modernos, um casino, e centros comerciais, cívicos, turísticos, de saúde e de recreio e lazer; e a criação da indústria leve. O custo do plano foi de MOP\$ 109 milhões⁸⁵. Tal como o seu predecessor, o governador Lopes dos Santos solicitou à Direcção-Geral de Aviação Civil da metrópole o estudo de viabilidade técnica da localização dum aeroporto na Ponta da Cabrita, na parte Este da ilha da

⁸⁴ Maria Luísa Portugal, *op. cit.*, pág. 376.

⁸⁵ Ministério dos Negócios Estrangeiros, «Informação n.º 71-SC/CI(2), da PIDE, de 26 de Setembro de 1962, pág. 1», PAA M. 802, Pt. 3, AHDMNE, Lisboa.

Taipa. O governador Lopes dos Santos reconheceu, umas décadas mais tarde, que:

«Como se vê, a ideia dum aeroporto em Macau, agora em efectiva construção [1991], está longe de ser novidade recente. Simplesmente, na altura, tinha de ser adaptado às características de então dos meios aéreos e dos aeroportos, às reais possibilidades dos meios técnicos de execução e do erário público do território e, *muito principalmente, tinha de se encarar a falta de relações diplomáticas com a RPC [República Popular da China], factor determinante dos bloqueios verificados*»⁸⁶. (Itálicos nossos)

Em suma, este período foi marcado por uma arrojada iniciativa política portuguesa para tentar estabelecer relações diplomáticas com a China comunista, que, caso avançasse, traria, certamente, enormes dividendos políticos para o regime português, pois iria enfraquecer o poder e a influência que os *capitalistas compatriotas vermelhos* tinham sob a administração portuguesa. Todavia, a iniciativa não foi longe devido à oposição de sectores da extrema-direita do regime e dos EUA. Enquanto o regime sucumbiu às pressões políticas endógenas e exógenas, em termos de política externa continuou oficialmente a prosseguir uma política de anticomunismo ferrenho e cristão; todavia, a política no terreno, isto é, em Macau, era bem diferente. Na realidade, a política foi marcada por uma crescente cooperação com as autoridades chinesas em vários aspectos. Assim, foram proibidas actividades anticomunistas no território, em 18 de Setembro de 1963, e foi encerrada a delegacia consular do ministério formosino dos Negócios Estrangeiros, em 29 de Março de 1965, indo ao encontro da vontade das autoridades chinesas.

Porque as condições de trabalho político da Formosa em Macau se tornaram extremamente difíceis, particularmente, a partir do encerramento da delegacia consular em 1965, a Associação de Socorros aos Refugiados Chineses tornou-se num importante centro para as actividades da Formosa no enclave. Esta agremiação filantrópica, dirigida por Zhu Zhenqiu, apresentava duas vantagens inestimáveis: primeiro, podia, mais facilmente que o governo da Formosa, obter informações de toda a ordem das centenas de milhares de refugiados chineses, provenientes da província chinesa de Guangdong, que procuravam abrigo temporário em Macau como trampolim para outras localidades. Em segundo lugar, permitia ao governo da Formosa camuflar as suas actividades de apoio e fomento aos grupos de subversão formosinos que usavam Macau como placa giratória em actividades contra a República Popular da China, em especial após o encerramento da delegacia do ministério dos Negócios Estrangeiros da Formosa em Macau.

Mas enquanto se registou uma tentativa acentuada para melhorar as relações luso-chinesas, a administração portuguesa do território

⁸⁶ António Adriano Faria Lopes dos Santos, *op. cit.*, pág. 185.

tentou paulatinamente reduzir o poder do «grupo He Xian» e dos *capitalistas compatriotas vermelhos* no enclave. A fórmula encontrada foi a atribuição das grandes concessões e empreendimentos não aos *representantes* locais de Pequim, mas sim a pessoas e a empresas chinesas que tivessem poucos laços com Pequim ou que, por razões meramente de negócio, pretendiam arrebatrar importantes negócios de He Xian, visto não existir nenhuma empresa ou grupo económico português com capacidade de intervenção nas corridas às atribuições das concessões. Assim, em 1961, a concessão do jogo de fortuna, que desde 1934 tinha sido continuamente atribuída à Tai Xing [Tai Heng], foi concedida, após uma intensa luta de bastidores, a Stanley Ho, a concessão da corrida de galgos foi atribuída à *Macau Greyhound Company Limited*, de Hong Kong, em 28 de Abril de 1962, e a construção do istmo Ferreira do Amaral à Companhia de Investimentos *Chee Lee, Ld.^a*. Este desafio ao poder tradicional de He Xian contribuiu para que ele tivesse que comprar a concessão da corridas de galgos à *Macau Greyhound Company Limited*, em 21 de Fevereiro de 1963⁸⁷. A atribuição da construção do istmo Ferreira de Amaral à Companhia de Investimentos *Chee Lee, Ld.^a*, foi também uma profunda derrota para He Xian. O seu projecto tinha sido rejeitado. Ora esta obra, que iria ligar as ilhas da Taipa e Coloane, era o maior projecto de obras públicas em Macau desde 1945 e estava orçado MOP\$4 milhões⁸⁸. Por outro lado, os rumores que a STDM pretendia candidatar-se ao concurso público para a concessão da importação do ouro com a oferta de um extenso pacote de contrapartidas, certamente que deixou muito consternados os *capitalistas compatriotas vermelhos* — nomeadamente, He Xian e Y.C. Liang — que sabiam muito bem como tinham perdido a concessão do jogo em 1961.

A CRISE ANUNCIADA

É sempre difícil dizer *à posteriori* que uma crise estava anunciada. Mas, de facto, a «revolução cultural» chinesa em Macau estava anunciada, antes do seu aparecimento, com o habitual índice de incerteza quanto ao estatuto do território perante as autoridades chinesas desde 1949. De modo já mais transparente, logo no início de 1965, quando a luta pelo poder no seio do regime comunista chinês se tornou significativa com a exoneração de Peng Zhen, presidente da câmara municipal de Pequim, e de todos os membros do primeiro Grupo Dinamizador Central da Revolução Cultural. E, com toda a evidência, a partir de Agosto de 1966,

⁸⁷ «Escritura de transmissão do direito à concessão da exploração de corridas de galgos em Macau feita a favor da Sociedade denominada *Macau (Yat Yüen) Canidrome Company, Limited*», *Boletim Oficial de Macau*, n.º 9, (2 de Março de 1963), págs. 247-249.

⁸⁸ Manuel Teixeira, *Taipa e Coloane*, Macau: Direcção dos serviços de Educação e Cultura, 1981, pág. 58.

quando mais de 11 milhões de jovens Guardas Vermelhos rebeldes realizaram enormíssimos comícios-manifestações em Pequim e centenas de milhares começaram a chegar a Guangdong e Liu Shaoqi, presidente da República, Deng Xiaoping, secretário-geral do PCC, e Tao Zhu, caudilho do Sul da China e quarta personalidade na hierarquia política chinesa, e outros destacados quadros da ala moderada do PCC começaram a cair em desgraça política.

